

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

78 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 19 a 23/04/2021):

1. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	1
Lançamento da Plataforma Digital Multilíngue	1
Reunião do Conselho Executivo	1
2. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE	2
3. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA PORTUGAL	2
4. LEI DO CLIMA - ACORDO POLÍTICO	3
5. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
AFET	4
EMPL	4
5. COMISSÃO EUROPEIA - TAXONOMIA	4
6. COMISSÃO EUROPEIA - EUROPA PREPARADA PARA A ERA DIGITAL	5
7. ACORDO DE INVESTIMENTO UE-CHINA	5
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Videoconferência informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	6
Videoconferência informal dos Ministros dos Assuntos Europeus	6
Videoconferência informal dos ministros da Energia	6
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Lançamento da Plataforma Digital Multilingue

No dia 19 de abril, foi **lançada a Plataforma Digital Multilingue** que é o elemento central e inovador de toda a Conferência, enquanto espaço onde os cidadãos podem estabelecer ligações, partilhar e desenvolver ideias em colaboração com outras pessoas e exprimir-se sobre o futuro da Europa, em todas as 24 línguas oficiais da UE. Todos os contributos para a Conferência, incluindo dos cidadãos, dos eventos locais, dos painéis de cidadãos europeus e das sessões plenárias, serão aqui reunidos e partilhados. Todas as pessoas, de todos os quadrantes, são incentivadas a contribuir e a **promover o debate usando #TheFutureIsYours**. A plataforma está disponível [aqui](#), em português.

A plataforma está organizada em torno de diversos temas: *alterações climáticas e ambiente, saúde, uma economia mais forte e mais justa, justiça social e emprego, a UE no mundo, valores e direitos, Estado de direito, segurança, transformação digital, democracia europeia, migração e educação, cultura, juventude e desporto*. Em complemento, existe um tema em aberto («Outras ideias»), para questões transversais. Foi disponibilizado um guia explicativo sobre como vai funcionar a Conferência, além de uma ficha sobre a Plataforma em si.

A primeira semana foi marcada por uma assinalável adesão¹:



Todos os participantes e eventos devem respeitar a Carta da Conferência sobre o Futuro da Europa, que estabelece normas para um debate pan-europeu respeitoso.

Reunião do Conselho Executivo

No dia 22 de abril, realizou-se nova reunião deste órgão da Conferência, onde a AR está presente enquanto Presidência da COSAC, tendo deliberado sobre as modalidades da participação dos cidadãos e alguns aspetos do Regulamento dos Plenários da Conferência.

Além disso, foi endossado o projeto de programa do evento que marcará o lançamento formal da Conferência, a realizar no dia 9 de maio, em formato híbrido a partir de Estrasburgo.

EUROPE DAY 2021: INAUGURAL EVENT FOR THE CONFERENCE ON THE FUTURE OF EUROPE

Strasbourg, 9 May 2021

Time	Programme
14:00	Opening clip: i.e. collage of images of citizens from different countries filming themselves talking about what their life in Europe is now and what their hopes for the future are (or similar)
14:05	Welcome speech by President E. Macron
14:15	Short artistic programme
14:20	Link up to events across Europe
14:30	Interventions by President Sassoli , Prime Minister Costa and President von der Leyen on the purpose and expectations for the Conference, in conversation with citizens
15:15	Testimonials
15:20	Short speech by Yuval Noah Harari on the World that Europe will face in the next years (TBC)
15:30	Short interviews of co-chairs on the purpose of the event and the expectations about the Conference
15:45	Wrap-up and second musical moment to conclude (popular European singer, e.g. Zaz or similar)
16:00	End of the event

¹ Consultada às 21:30 do dia 22 de abril de 2021.

2 RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

Demos nota, na [Síntese n.º 77](#), da nota divulgada a 26 de Março pelo **Tribunal Constitucional alemão**, informando que a **Lei de Ratificação da [Decisão dos Recursos Próprios](#) não pode ser executada** pelo Presidente Federal alemão enquanto aquele Tribunal não se pronunciar sobre o pedido de **injunção temporária** (ordem de suspensão) apresentado por um grupo de cidadãos.

No dia 15 de abril, o Tribunal publicou um [despacho](#) em que anunciou a rejeição desse pedido de injunção preliminar, permitindo assim que seja concluído o processo de ratificação na Alemanha.

Nesta [decisão](#), o TC afirma que *“a queixa constitucional apresentada no processo principal não é inadmissível nem claramente infundada”*, mas que *“com base num exame sumário, não parece muito provável que a responsabilidade orçamental global do Bundestag tenha sido efetivamente violada”*. O Tribunal apreciará, em tempo, os méritos materiais da queixa apresentada, mas considera que o resultado desse processo principal não pode ser apurado num exame sumário. Por conseguinte, baseou a sua decisão sobre a injunção preliminar **num equilíbrio de consequências**, em desfavor dos requerentes:

- Se a providência cautelar solicitada fosse aceite, a Decisão de Recursos Próprios de 2020 só poderia entrar em vigor após a conclusão do processo principal, o que levará bastante tempo. O TC considera, assim que *“atrasar a entrada em vigor da Decisão (...) afectaria negativamente o objectivo de política económica prosseguido”* e que *“As desvantagens resultantes poderiam revelar-se irreversíveis”*, o que poderia *“minar o objectivo perseguido devido à dinâmica decorrente da pandemia”*. Além disso, e *“Segundo o Governo Federal, ao qual é concedida uma ampla margem de apreciação e prognóstico na avaliação de questões de política externa e que o Tribunal Constitucional Federal tem de respeitar, atrasar a entrada em vigor da decisão colocaria, além disso, uma tensão significativa nas relações externas e europeias.”*
- As desvantagens que surgiriam se a injunção preliminar não fosse emitida, mas o acto interno de ratificação da Decisão de Recursos Próprios de 2020 fosse posteriormente considerado inconstitucional, teriam um peso significativamente menor. Assim, a Decisão poderia entrar em vigor após a ratificação por todos os Estados-Membros. e *“No caso de todos os outros Estados-Membros da UE não honrarem os apelos da Comissão no sentido de fornecer financiamento adicional, e com base na apresentação do Governo Federal, o encargo matematicamente possível para o orçamento federal poderia ascender a 21 mil milhões de euros anuais até ao ano 2058. Tanto o Bundestag como o Bundesrat consideram este cenário irrealista”*.
- Se se concluísse no processo principal que a Decisão sobre os Recursos Próprios de 2020 constituía um acto *ultra vires*, parece possível que o Tribunal de Justiça da União Europeia - após recurso pelo Tribunal Constitucional alemão - pudesse declarar nula a Decisão sobre os Recursos Próprios de 2020. Caberia ao Governo Federal, ao Bundestag e ao Bundesrat restabelecer a ordem constitucional por todos os meios à sua disposição.

3. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA | PORTUGAL

No âmbito do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) do *Next Generation EU*, **Portugal apresentou esta semana o seu Plano nacional de Recuperação e Resiliência**, tendo sido [o primeiro Estado-Membro a fazê-lo formalmente](#).

O Plano está disponível [aqui](#) e, segundo a [Comissão Europeia](#), está estruturado em torno dos três pilares da resiliência, transformação verde e digital, incluindo medidas em habitação social, eficiência

energética nos edifícios e escolaridade digital. Os projectos do plano cobrem toda a vida útil do RRF até 2026, com projetos em seis das sete áreas emblemáticas europeias.

A Comissão avaliará o plano nos próximos dois meses com base nos onze critérios estabelecidos no [Regulamento](#), incidindo a análise sobre se o plano contribui para abordar eficazmente todos ou um subconjunto significativo de desafios identificados nas recomendações específicas do país em causa, emitidas no contexto do Semestre Europeu.

A Comissão avaliará igualmente se o plano dedica pelo menos 37% das despesas a investimentos e reformas que apoiam os objectivos climáticos, e 20% à transição digital. Com base numa proposta da Comissão, o Conselho terá como regra quatro semanas para adoptá-la.



A aprovação do Conselho **abriria o caminho para o desembolso de um pré-financiamento de 13% a Portugal dos 13,9 mil milhões de euros solicitados de subvenções e 2,7 mil milhões de euros de empréstimos ao abrigo do Mecanismo**, sob reserva da [entrada em vigor da Decisão dos Recursos Próprios](#), que deve ser previamente aprovada por todos os Estados-Membros.

Importa dar nota de que o PE também estará envolvido no escrutínio deste Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo publicado um [estudo](#) sobre as modalidades desse acompanhamento. Para operacionalizar esta tarefa, a Conferência de Presidentes do PE determinou a **constituição de um Grupo de Trabalho entre as Comissões de Assuntos Económicos e Monetários e dos Orçamentos**, que teve a sua reunião constitutiva esta semana. É [composto por 27 Deputados](#), entre os quais os portugueses Margarida Marques (S&D), José Manuel Fernandes (PPE) e José Gusmão (a Esquerda).

4. LEI DO CLIMA - ACORDO POLÍTICO

O Conselho da UE e o PE alcançaram um [acordo político provisório sobre a Lei Europeia do Clima](#), um dos mais importantes dossiês legislativos [nas medidas que a UE está a tomar sobre as alterações climáticas](#).

Recorde-se que o [Conselho Europeu de dezembro de 2019](#) havia aprovado o objetivo de alcançar uma UE com impacto neutro no clima até 2050, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris. Em 4 de março de 2020, e enquanto parte importante do Pacto Ecológico Europeu, a [Comissão Europeia adotou a sua proposta de Lei Europeia do Clima](#), que alterou em setembro de 2020 para incluir uma [meta revista de redução das emissões da UE de, pelo menos, 55 % até 2030](#). Em 10 e 11 de dezembro, o Conselho Europeu [aprovou uma meta vinculativa da UE de redução interna líquida](#) de, pelo menos, **55 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030**, em comparação com os valores de 1990.

Este [acordo agora alcançado](#), que terá ainda de ser validado politicamente pelo Plenário do PE e pelo Conselho, dá prioridade à redução das emissões em detrimento das remoções, no que diz respeito à meta para 2030. Foi introduzido um limite de 225 megatoneladas de equivalente de CO2 para a contribuição das remoções para a meta líquida. Além disso, definiu-se a criação de um Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas, composto por 15 peritos científicos de alto nível de diferentes nacionalidades, para prestar aconselhamento científico e apresentar relatórios sobre as medidas da UE. Finalmente, os negociadores acordaram que a Comissão proporá uma meta climática intermédia para 2040, o mais tardar no prazo de seis meses após o primeiro balanço mundial

realizado no âmbito do Acordo de Paris. O acordo provisório também estabelece o objetivo indicativo de a UE procurar atingir emissões negativas após 2050.

No plano político, este acordo - obtido pela Presidência portuguesa do Conselho da UE - tem uma pertinência particular, pois surge na semana em que se realizou uma **Cimeira informal sobre o clima**, **convocada pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden**. Os trabalhos desta Cimeira estão disponíveis [aqui](#) e representam uma **mobilização política ao mais alto nível** sobre esta temática, tendo os **EUA anunciado** o objetivo de **redução das emissões em 50 a 52% até 2030**.



Foto: Dursun Aydemir/Anadolu/Bloomberg via Getty Images

5. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

AFET

A Comissão dos Assuntos Externos adotou um [relatório sobre as relações entre a UE e a Turquia](#), sugerindo a suspensão formal das negociações se este caminho não for invertido.

EMPL

A Comissão do Emprego e Assuntos Sociais realizou o primeiro debate sobre o [projeto de relatório](#) relativo à proposta de diretiva para um salário mínimo adequado na UE. Relacionado com este tema, e na véspera da Cimeira Social do Porto (7 de maio), [onze Estados-Membros](#) publicaram um [non-paper](#) em que referem que “*uma ação orientada a nível da UE pode complementar a ação nacional, mas (...) qualquer ação a nível da UE deve respeitar plenamente a divisão de competências da União, dos seus Estados-Membros e dos parceiros sociais*”.

5. COMISSÃO EUROPEIA - TAXONOMIA

A Comissão Europeia adotou um [pacote de medidas destinadas a melhorar o fluxo de fundos para atividades sustentáveis em toda a União](#), permitindo que os investidores reorientem os seus investimentos para tecnologias e empresas mais sustentáveis, procurando assegurar a neutralidade climática da Europa em 2050.

Este pacote de [taxonomia da UE](#) engloba:

- o [ato delegado relativo à taxonomia da UE](#): visa o apoio ao investimento sustentável e indica quais as atividades económicas que contribuem para os objetivos ambientais;
- a proposta de diretiva relativa à **comunicação de informações sobre a sustentabilidade pelas empresas (CSRD)**: visa tornar mais coerente a comunicação de informações sobre sustentabilidade para que as empresas, investidores e público em geral possam utilizar informações comparáveis e fiáveis neste domínio;
- os **seis atos delegados modificativos sobre deveres fiduciários, consultoria para investimento e aconselhamento em matéria de seguros**, assegurando que as empresas incluam a sustentabilidade nos seus procedimentos.

A Comissão Europeia elaborou duas seções de perguntas e respostas sobre cada um destes domínios, que complementam esta informação e que se encontram disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA - EUROPA PREPARADA PARA A ERA DIGITAL

A Comissão Europeia propôs também esta semana [novas regras e ações destinadas a transformar a Europa num pólo mundial de inteligência artificial fiável](#), conjugando o primeiro [quadro jurídico em matéria de inteligência artificial](#) (AI) e o novo [Plano Coordenado com os Estados-Membros](#), procurando garantir a segurança e defesa dos direitos fundamentais das pessoas e empresas, reforçar o investimento, inovação e utilização de AI e adaptação das regras de segurança com as [normas relativas às máquinas](#).

As novas regras seguem uma abordagem baseada no risco a quatro níveis:

- **risco inaceitável**: os sistemas de inteligência artificial considerados uma clara ameaça à segurança, aos meios de subsistência e aos direitos das pessoas serão proibidos;
- **risco elevado**: incluem tecnologia de inteligência artificial que interfira com infraestruturas críticas, educação e formação, componentes de segurança de produtos, emprego, gestão de trabalhadores, serviços essenciais, aplicação coerciva da lei, gestão da migração, asilo e controlo de fronteiras, administração da justiça e processos democráticos, sistemas de identificação biométrica à distância. Estes sistemas deverão cumprir obrigações rigorosas para poderem ser colocados no mercado;
- **risco limitado**: sistemas de inteligência artificial com obrigações de transparência específicas;
- **risco mínimo**: livre utilização de aplicações como jogos de vídeo ou filtros de *spam* baseados em inteligência artificial.

O Plano Coordenado utilizará financiamento dos programas **Europa Digital, Horizonte Europa e Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de programas da política de coesão** para criar condições propícias ao desenvolvimento e à adoção da inteligência artificial, promover a excelência da inteligência artificial, assegurando que esta se encontra ao serviço das pessoas, e desenvolver uma liderança estratégica neste âmbito.

7. ACORDO DE INVESTIMENTO UE-CHINA

Temos dado [nota](#) dos desenvolvimentos do [Acordo Global de Investimento entre a UE e a China](#), concluído em dezembro de 2020. O Instituto polaco de Assuntos Internacionais publicou, esta semana, um interessante estudo sobre as **implicações políticas e económicas de acordo para a UE**, que disponibilizamos [aqui](#).

Na [síntese n.º 75](#), havíamos referido as complexidades bilaterais surgidas com a imposição recíproca de sanções. Em âmbito similar, importa referir que a **Câmara dos Comuns do Parlamento britânico adotou esta semana** uma [resolução](#) em que considera que as [ações da China relativamente à comunidade uigure](#) são “*crimes contra a humanidade e genocídio*”.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

Os ministros [reuniram](#) esta semana para trocar pontos de vista sobre a **Ucrânia**, reiterando o firme apoio à **soberania e integridade territorial do país**, plena aplicação dos **acordos de Minsk** e não reconhecimento da **anexação ilegal da Crimeia**. Congratularam ainda os esforços diplomáticos para o restabelecimento da integridade territorial da Ucrânia, bem como os progressos deste Estado na aproximação das suas políticas ao Pacto Ecológico Europeu, não obstante a necessidade de melhoria no âmbito do Estado de direito e sistema judicial.

Foi ainda debatida a situação na região de Tigré, na **Etiópia**, as violações de direitos humanos perpetradas e a **necessidade urgente de um cessar-fogo monitorizado** para melhorar a situação, bem como a [deterioração da saúde de Alexei Navalny](#), a informação do ministro checo sobre **expulsão de diplomatas russos**, o **relançamento do PACG** (Acordo nuclear com o Irão e o regresso dos EUA ao acordo) e a **proposta sobre a Geórgia**, apresentada sob autoridade do presidente do Conselho Europeu, para encontrar uma solução para a crise política atual.

Videoconferência informal dos Ministros dos Assuntos Europeus

Os ministros realizaram, no âmbito do **diálogo anual sobre o Estado de direito**, um debate específico sobre a situação no domínio do Estado de direito em cinco dos Estados-Membros: Alemanha, Irlanda, Grécia, Espanha e França. Foi feito um **ponto da situação das relações entre a UE e o Reino Unido**, após a declaração do Reino Unido da intenção de adiar unilateralmente a aplicação integral do [Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte](#). A [UE enviou ao Reino Unido uma notificação formal](#) para cumprir por violação das disposições materiais do Protocolo e da obrigação de boa-fé, bem como uma carta política em que exorta o Governo do Reino Unido a retificar a situação.

Os ministros fizeram ainda um **balanço da pandemia de COVID-19 e da resposta da UE**, abordando a situação no que toca às [vacinas](#), os trabalhos em curso sobre os [certificados verdes digitais](#), bem como a situação epidemiológica e as [restrições de viagem](#). Foi realizado um ponto de [situação do alargamento](#) e **Processo de Estabilização e Associação**, o estado das negociações sobre o Regulamento IPA III, os debates em curso sobre a aplicação da metodologia de alargamento revista ao Montenegro e à Sérvia e a organização de conferências intergovernamentais (CIG) com os países candidatos dos Balcãs Ocidentais. A Presidência informou os ministros sobre a **Conferência sobre o Futuro da Europa**, na sequência das duas primeiras reuniões do **Conselho Executivo** da Conferência.

Videoconferência informal dos ministros da Energia

Os ministros [discutiram](#) a aplicação dos fundos europeus na chamada “Vaga de Renovação”, iniciativa que visa a reabilitação de edificado na Europa. O debate ministerial demonstrou a necessidade de uma elevada taxa de renovação dos edifícios públicos e privados existentes na UE, de modo a contribuir para **atingir os objetivos e metas de energia e clima até 2030**. Foi ainda referida a **revisão da**

Diretiva relativa ao Desempenho Energético de Edifícios, o papel da produção de energia descentralizada e a criação de comunidades de energias renováveis.

Videoconferência informal dos ministros do Ambiente

Os ministros reuniram para [discutir](#) o [impacto das alterações climáticas na gestão da água e a escassez deste recurso e a estratégia europeia de adaptação às alterações climáticas](#). Foi ainda debatida a **dimensão internacional da adaptação às alterações climáticas** e a sua relação com os objetivos estabelecidos no quadro do **Acordo de Paris**.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a [sessão plenária do PE](#), em que destacamos²:

- votação sobre a ratificação do [Acordo de Cooperação e Comércio entre a UE e o Reino Unido](#) (cfr. [Síntese n.º 65](#));
- [Certificado Verde Digital: adoção de mandato de negociação](#)
- [UE-Turquia: debate com Charles Michel e Ursula von der Leyen](#) sobre a recente reunião entre a UE e a Turquia em Ancara;
- Aprovação do [programa de investigação Horizonte Europa](#);
- Votação do financiamento relativo a 2021-2027 para o [Fundo Europeu de Defesa](#), o [Programa Espacial da UE](#), e do [Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização](#).
- Aprovação de novas regras para prevenir a [disseminação de conteúdo terrorista em linha](#). Debate sobre as [relações UE-Rússia](#), incluindo a prisão de Alexei Navalny, e votação da posição do PE sobre o futuro da cooperação [entre a UE e a Índia](#).
- Votação do [registo de transparência](#) obrigatório para representantes de interesses que procurem influenciar a formulação das políticas europeias.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [27 de abril](#), destacando-se a **comunicação sobre a atualização da estratégia industrial da UE**, a **Estratégia para uma política de regresso e reintegração voluntários** (Pacto sobre Migrações e Asilo) e a **Comunicação sobre Legislar Melhor**.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 26.04: [Videoconferência informal dos ministros da Agricultura](#)
- 29.04: [Videoconferência informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#)

Bruxelas | 23 de abril de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE